

PSICOLOGIA & SOCIEDADE

Psicologia & Sociedade
ISSN: 0102-7182
revistapsisoc@gmail.com
Associação Brasileira de Psicologia
Social
Brasil

Costa Nascimento, Eurípedes; Sterza Justo, José
ANDARILHOS DE ESTRADA SEGUNDO OS RELATOS DE TRABALHADORES ASSISTENCIAIS
Psicologia & Sociedade, vol. 27, núm. 1, enero-abril, 2015, pp. 221-230
Associação Brasileira de Psicologia Social
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309338439022>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**ANDARILHOS DE ESTRADA SEGUNDO OS RELATOS DE
TRABALHADORES ASSISTENCIAIS**
*ANDARIEGOS DE CARRETERA SEGÚN LOS INFORMES DE
TRABAJADORES DE ASISTENCIA*
HIGHWAY WANDERERS ACCORDING TO HELP WORKERS REPORTS

Eurípedes Costa Nascimento e José Sterza Justo

Universidade Estadual Paulista, Assis/SP, Brasil

RESUMO

Os andarilhos de estrada são indivíduos que percorrem longas distâncias a pé pelas rodovias do país com um saco às costas onde carregam todos os seus pertences e em situações de extrema dificuldade recorrem às instituições assistenciais na busca de auxílio. Esta pesquisa teve como objetivo verificar como os trabalhadores assistenciais compreendem o modo de vida dos andarilhos pelas rodovias do país. A pesquisa foi realizada em quatro instituições assistenciais no Estado de São Paulo, sendo duas públicas e duas filantrópicas. Os relatos foram analisados pela técnica de análise de conteúdo. Os resultados indicaram que a compreensão desses trabalhadores em relação aos andarilhos está associada à vagabundagem, doença mental e desestrutura familiar. Esses dados mostram a necessidade de uma ampliação do debate em torno das políticas assistenciais e seus impactos diretos na errância dos andarilhos de estrada.

Palavras-chaves: psicologia social; organizações profissionais; políticas públicas; auxílio.

RESUMEN

Los andariegos son las personas que viajan largas distancias a pie por las carreteras del país, con una bolsa en la espalda donde llevan todas sus pertenencias y en situaciones de extrema dificultad recurren a las instituciones de asistencia en busca de ayuda. Nuestro objetivo fue verificar cómo los trabajadores de asistencia entienden el estilo de vida de los andariegos por las carreteras del país. Hemos investigado cuatro instituciones de asistencia en el Estado de São Paulo, siendo dos públicas y dos filantrópicas. Los informes fueron analizados mediante la técnica de análisis de contenido. Los resultados indicaron que la comprensión de estos trabajadores de asistencia en lo referente a los andariegos se asocia con la vagabundería, enfermedad mental y desestructuración familiar. Estos datos demuestran la necesidad de una ampliación del debate en torno de las políticas de asistencia y sus impactos directos sobre la deambulación de los andariegos de carretera.

Palabras clave: psicología social; organizaciones profesionales; políticas públicas; ayuda.

ABSTRACT

The highway wanderers are aimless individuals who walk long distances on foot carrying their meager belongings in a sack on their backs and in hardness situations appeals to the help institutions. This paper aims to verify how the help workers understand the highway wanderers way of life. The research was conducted in four assistance institutions in the State of São Paulo (two publics and two philanthropics). The reports were analyzed using the content analysis. The results indicated that comprehension of these help workers about the highway wanderers is related to vagabondage, mental illness and family disaggregation. The data show us the necessity of an ample discussion around these help policies and its impacts in the wandering of highway wanderers.

Keywords: social psychology; professional organizations; public policies; assistance.

Introdução

O fenômeno da desterritorialização do sujeito, compreendido amplamente como deslocamentos e movimentações constantes de um lugar outro, possui uma presença marcante no mundo contemporâneo e pode ser visualizado radicalmente no caso dos andarilhos de estrada. Trata-se de indivíduos que abandonaram completamente a vida sedentária, aqui entendida como a vida marcada por vínculos, afazeres e relacionamentos relativamente fixos, duradouros e estáveis (trabalho, residência, família, compromissos sociais e afetivos) e passaram a viver de maneira nômade ou errante, perambulando a pé pelos acostamentos das rodovias com um saco às costas ou empurrando um tosco carrinho de mão onde carregam todos os seus pertences (Justo, 1998, 2011; Justo & Nascimento, 2012; Nascimento, 2008, 2012).

Embora não exista qualquer estatística ou estimativa sobre o número de andarilhos, eles podem ser avistados com facilidade nos acostamentos das principais rodovias do país. São indivíduos que possuem um inconfundível andar compassado e sem pressa indo a lugar algum. Vivem caminhando diuturnamente, em trânsito constante, abrigando-se debaixo de pontes e viadutos, em coberturas de ponto de ônibus e casas abandonadas existentes ao longo das estradas ou em algum posto de combustível para dormir à noite, além de se refugiar de um sol ou de uma chuva forte durante o dia. A alimentação é conseguida nos restaurantes, lanchonetes e barracas de frutas à beira das estradas e, eventualmente, junto a moradores de sítios e fazendas que margeiam as rodovias (Justo, 2011, 2012; Nascimento, 2008, 2012).

Os andarilhos vivem exclusivamente nas estradas e só adentram as cidades em casos de extrema urgência e necessidade como, por exemplo, quando são acometidos por sintomas agudos de alguma doença. Já os trecheiros, diferentemente, intercalam as caminhadas no trecho com curtas permanências nas cidades. Entre os trecheiros existem, ainda, os pardais, ou seja, aqueles que, ao contrário dos andarilhos propriamente ditos, perambulam de uma cidade a outra sem se distanciarem muito de seus nichos, tal como acontece com os pássaros de mesmo nome, sobrevivendo de achaques e se associando aos demais segmentos que compõem as chamadas “populações de rua”. Geralmente, os trecheiros e pardais fazem percursos a pé pelos acostamentos das rodovias quando não conseguem “passes de viagem”, normalmente concedidos pelos serviços municipais de assistência social (Brognoli, 1997; Dornelas, 1997; Justo, 1998, 2011; Nascimento, 2008).

O único ponto em comum entre andarilhos, trecheiros e pardais, embora em escalas diferentes, é a condição de itinerância ou vida trajetiva caracterizada como um modo de viver sem assentamentos geográficos, psicossociais e em constante trânsito de um lugar a outro (Virilio, 2005). Entretanto, uma das principais diferenças entre eles refere-se aos espaços geográficos e psicossociais que criam, ocupam ou nos quais são confinados. As chamadas “pessoas em situação de rua” são cidadinas e muitas vezes se fixam em determinados logradouros públicos tais como praças, viadutos e marquises. Nesse caso, trecheiros e pardais também podem ser considerados cidadinos, mas sem se fixarem numa determinada cidade, preferindo circular de uma a outra como transumantes em busca de um lugar mais promissor para sua sobrevivência, seja pela sazonalidade de oferta de trabalhos precários e temporários ou pelas melhores oportunidades que um recém-chegado tem para achar ou utilizar os serviços públicos de assistência social (Justo, 1998; Justo & Nascimento, 2012; Nascimento, 2008, 2012).

A visibilidade social é outro ponto de diferenciação significativa entre pessoas em situação de rua, trecheiros e andarilhos. As pessoas em situação de rua, assim como os trecheiros, são bem mais visíveis do que os andarilhos de estrada justamente por habitarem o espaço urbano das cidades e nelas estabelecerem certas relações espaciais. Nesse caso, são mais visíveis pelas políticas de assistência social, que se ocupam razoavelmente com essas populações de rua, ignorando, assim, os andarilhos de estrada, pois não existe na legislação e nos programas das políticas públicas assistenciais qualquer menção aos andarilhos de estrada. Eles só recebem alguma atenção quando adentram a cidade e, mesmo assim, são tratados da mesma forma que os trecheiros e tão logo recebem alguma ajuda são dispensados e despejados novamente para os acostamentos das rodovias (Nascimento, Justo, & França, 2009; Nascimento, 2008, 2012). No entanto, as populações de rua, por possuírem maior visibilidade em função dos impactos contrastantes que provocam no espaço urbano, já se transformaram em objeto de conhecimento das ciências e das políticas assistenciais conduzidas pelo Estado e pela Filantropia (Bursztyn, 2000; Di Flora, 1987; Dornelas, 1997; Nasser, 2001; Rosa, 2005; Vieira, Bezerra, & Rosa, 2004).

Os andarilhos propriamente ditos ainda continuam invisíveis para a maioria da população e ignorados tanto pelas políticas públicas de assistência quanto pelas ciências humanas e sociais, particularmente a psicologia. As poucas pesquisas publicadas sobre os andarilhos na área da psicologia destacam experiências e conflitos socioafetivos que incluem a ruptura com os

laços familiares, o desemprego, a pobreza, a desilusão amorosa, a morte dos pais, a violência familiar e o abuso de álcool como alguns dos principais motivos para a errância e deambulação pelos acostamentos das rodovias. A busca de liberdade, o desejo de aventura e de exploração do desconhecido são outros fatores importantes que também contribuem para a vida errante (Justo, 1998, 2011, 2012; Justo & Nascimento, 2005, 2012; Nascimento, 2008; Nascimento & Justo, 2000; Nascimento, Justo, & França, 2009; Peres & Justo, 2005). Levando-se em consideração a inexistência de trabalhos que abordem a questão da errância dos andarilhos no contexto assistencial, o objetivo deste artigo foi verificar como alguns dirigentes e profissionais dessas instituições compreendem a errância dos andarilhos de estrada em suas práticas do cotidiano.

Método

Utilizamos a abordagem qualitativa para tentar compreender as práticas dos profissionais que atendem andarilhos em instituições públicas de assistência social e os sentidos que geram em relação à vida errante. Tal abordagem privilegia a compreensão da realidade tal como ela é vivida e significada pelos próprios atores sociais e enfatiza o papel dos mesmos na produção de sentido alimentado pelo potencial de suas percepções e subjetividades (Richardson, 2007).

Local da pesquisa

A presente pesquisa foi realizada em quatro instituições assistenciais de diferentes cidades do Estado de São Paulo, que aceitaram participar espontaneamente deste estudo. As instituições foram selecionadas levando-se em consideração o tipo de gestão e sua localização geográfica. Assim, selecionamos duas instituições do segmento público-governamental nas cidades de Campinas e Ribeirão Preto e duas do segmento filantrópico-religioso, compreendendo uma de orientação católica, situada na cidade de São Paulo, e outra de orientação espírita, localizada na cidade de Bauru. Todas essas cidades estão situadas em importantes rodovias de circulação de andarilhos e trecheiros que circulam pelo Estado de São Paulo.

Participantes

Este estudo contou com a colaboração de sete participantes (quatro dirigentes e três profissionais), sendo a maioria do sexo feminino, com idade entre 34 e 56 anos e formação em serviço social. No caso

das instituições filantrópicas, devemos salientar que na instituição espírita de orientação kardecista a maioria desenvolve um trabalho voluntário, e somente a assistente social e as funcionárias da cozinha e limpeza trabalham como profissionais remunerados. No caso da instituição assistencial mantida pela Igreja Católica, todos trabalham como empregados remunerados, inclusive a assistente social que participou da pesquisa.

Instrumento

O instrumento utilizado na pesquisa foi a entrevista semiestruturada, por permitir que o pesquisador explore os conteúdos elaborados pelo entrevistado, ampliando e decodificando as informações emitidas durante o processo interativo da comunicação e por ser um dos principais instrumentos utilizados em pesquisas qualitativas. A aplicação das entrevistas foi efetuada individualmente aos participantes que aceitaram participar desta pesquisa de forma espontânea após a aprovação formal do Comitê de Ética em Pesquisa (Parecer n. 36/2009).

Análise dos dados

Os relatos registrados pelas entrevistas foram sistematizados por meio da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1979). Tal técnica de análise consiste, resumida e fundamentalmente, nas seguintes etapas: transcrição na íntegra das entrevistas gravadas, pré-análise a partir de várias leituras e releituras do material e análise temática, que consiste na separação e identificação dos temas abordados em unidades de registro (núcleos de sentido), visando a agrupá-los, posteriormente, em categorias e subcategorias discursivas.

Resultados e discussão

Dentre as possibilidades de apresentação dos resultados, facultadas pela técnica de análise de conteúdo, optamos por apresentar e discutir os relatos das entrevistas por meio de subcategorias extraídas dos núcleos de sentido que predominaram nas falas dos participantes. Antes de apresentarmos os relatos dos dirigentes e profissionais das instituições assistenciais pesquisadas, convém esclarecer que utilizaremos um código específico para nos referirmos a eles, seguidos de uma sigla para identificar os modelos de gestão e a cidade da seguinte forma, respectivamente:

- DPC e PPC = “dirigente” e “profissional” da instituição pública de Campinas;

- DPRP e PRP = “dirigente” e “profissional” da instituição pública de Ribeirão Preto;

- DFB e PFB = “dirigente” e “profissional” da instituição filantrópica espírita de Bauru;

- DFSP = “dirigente” da instituição filantrópica católica de São Paulo.

Os andarilhos, segundo os trabalhadores assistenciais

O modo como os dirigentes e profissionais das instituições assistenciais compreendem os andarilhos de estrada comporta algumas diferenças. A maioria dos entrevistados acredita que os andarilhos estão nessa condição de vida por algumas razões já enraizadas no imaginário social da cultura brasileira, tais como: vagabundagem, doença mental, desestruturação familiar, que apresentamos e discutimos a seguir.

Doença mental: a doença mental aparece enfatizada em três dos sete relatos acerca dos andarilhos e pode estar relacionada a um pré-diagnóstico influenciado pela disseminação do discurso psiquiátrico no meio social, fazendo com que certos estilos e modos de vida sejam patologizados. Pela via do olhar patologizante, a vida incomum do andarilho é vista como tão diferente, distante e estranha aos modos de vida instituídos como “normais” que resta taxá-la como um modo de vida “anormal”, impulsionado pelo conceito de loucura. Ao se imputar ao andarilho o estigma de louco, a vida sedentarizada, ou seja, aquela circunscrita a espaços psicossociais estáveis e duradouros é salvaguardada e legitimada como a forma sadia de se viver. Os casos de andarilhos que exibem ideias delirantes ou dependência de álcool são tomados como exemplos da pressuposta loucura atribuída a todos por perambularem pelas rodovias. Exemplos:

Eu vejo os andarilhos como doentes mentais, pessoas com problemas psiquiátricos. A maioria que passa por aqui apresenta algum tipo de distúrbio, uns chegam com problemas de álcool, outros com drogas. Já aconteceu de chegar por aqui muitos com delírio, conversando sozinho. Então, eu acho que são pessoas que desenvolveram esses distúrbios na família que às vezes não tem estrutura para lidar... No meu modo de entender, são pessoas que têm um distúrbio psiquiátrico, um problema mental e ficam andando porque a família não aceita mais... Hoje, depois de sete anos trabalhando aqui, os casos que aparecem são de pessoas com problemas psiquiátricos mesmo. (DPC)

Eu digo assim: muita gente está na estrada hoje por conta do vício, seja de droga ou do álcool que desvincula as pessoas da família... Então, muitos apresentam distúrbios mentais por causa disso. (PPRP).

Na minha opinião, o andarilho é uma pessoa que tem transtorno mental... porque falam coisas desconexas, são sujos, pés encardidos, cabelo tudo comprido e sujo, maltrapilho, uns fedem urina, fezes, são casos perdidos. (PFB)

Esses relatos, impregnados de processos metonímicos de produção de sentido pelos quais o todo é representado por uma de suas partes, parecem nos indicar que todos os andarilhos são tomados como loucos, delirantes ou dependentes químicos a partir de casos particulares. Sob tais suposições não se admite, por exemplo, a possibilidade inversa, qual seja: que pessoas absolutamente “normais” por critérios psiquiátricos possam tomar a decisão de viver como andarilhos e que encontram na errância uma alternativa para o alívio dos sofrimentos vividos em condições extremamente opressivas e frustrantes pelas quais passaram em suas experiências anteriores de vida sedentarizada.

A patologização de certas formas de vida é legitimada pelo saber médico-psiquiátrico que, por meio das práticas de poder sobre o corpo e a mente, decreta verdades sobre o sujeito balizadas por padrões de normalidade e anormalidade absorvidos pelo senso comum (Foucault, 1988). Nesse contexto, o indivíduo com transtornos psicopatológicos se torna um “excluído” da sociedade que, para permanecer integrado a ela, precisa da intervenção medicamentosa dos psicofármacos na regulação de sua intensidade subjetiva, vista como anormal pelos diagnósticos clássicos do saber psiquiátrico (Birman, 2000). Segundo esse autor, a tendência de psicopatologizar o indivíduo e a sociedade contemporânea é resultado desse saber médico sobre a vida psíquica que adquiriu maior status e se expandiu rapidamente ao descobrir na psicofarmacologia do início da década de 1950 um instrumento eficiente para calar os sofrimentos e regular as disfunções psicossociais.

A partir daí, tudo se resolvia de maneira rápida e mais econômica pela simples prescrição de medicamentos psicotrópicos no controle das intensidades psíquicas em função da pressa e do imediatismo que modelam a cultura contemporânea, na qual ninguém tem mais tempo para ouvir o outro, seja nas atividades profissionais ou mesmo familiares. Essa razão psicopatologizante, ao se inscrever no campo político e social, estabeleceu, ainda, o paradigma da biologização da vida orientado pela norma de sanidade a que todos devem se submeter e adequar. Segundo Birman (2006), a proliferação e ampla difusão desses saberes psicopatológicos sobre a vida possibilitaram seus enraizamentos no imaginário social e favoreceram os chamados “pré-diagnósticos” ao veicular na mídia

os aspectos descritivos e indicadores desse ou daquele sintoma específico que o senso comum se encarregou de assimilar em suas narrativas sobre a “anormalidade”.

Isso pode ser constatado claramente nos relatos que indicaram os andarilhos serem portadores de transtornos psicopatológicos sem critérios suficientes para um diagnóstico preciso dessa natureza, pois conduta “bizarra” de falar sozinho e uso de substâncias como o álcool ou as drogas, por exemplo, não são indicadores seguros para classificar todos esses indivíduos como doentes mentais. Embora não devamos descartar a possibilidade de tais comportamentos serem, em alguns casos, da ordem do sofrimento psíquico, afirmar genérica e precipitadamente que o simples fato de falar sozinho ou usar bebida alcoólica seja um indicativo seguro para diagnosticar um transtorno mental significa admitir a soberania do saber psiquiátrico na produção de verdade sobre a vida, sem questionamentos críticos e reflexivos.

Portanto, não é possível afirmar que todos os andarilhos de estrada que falam sozinhos ou usam bebidas alcoólicas, por exemplo, são portadores de algum transtorno psiquiátrico, como estão convencidos alguns dirigentes e profissionais de instituições assistenciais, conforme os relatos apresentados. Algumas pesquisas realizadas com esses sujeitos à beira das rodovias indicaram que muitos deles apresentam alguns distúrbios psíquicos como delírios megalomaniacos, sentimentos paranoides e outros quadros clínicos tipificados na psicopatologia, sem que estejam, contudo, incapacitados para viver nessas difíceis condições de deambulação. Talvez até vivam melhor dessa forma do que, eventualmente, internados em manicômios ou até sendo monitorados de perto por outros tipos de serviços e instituições criados recentemente por modelos e políticas públicas na área da saúde mental (Justo, 1998, 2002; Justo & Nascimento, 2005, 2012; Nascimento, 2008; Snow & Anderson, 1998).

Delirante ou não, resta ponderar que o andarilho parece representar certo incômodo para os regimes de poder baseados em estratégias de confinamento utilizadas pela sociedade disciplinar, tão bem analisadas por Foucault (1984). Com efeito, muitos dos comportamentos e comunicações, considerados como sintomas de transtornos psicopatológicos nos andarilhos segundo alguns relatos de dirigentes e profissionais, podem ser compreendidos, também, como adaptações comportamentais e psicológicas às situações mais difíceis e penosas que as rodovias apresentam. Se essas adaptações contextuais nas estradas podem transmitir uma ideia equivocada devido a uma disfunção comportamental ou psicológica,

não é de se estranhar, portanto, que o senso comum as interprete como indícios de psicopatologias e deficiências precipitadoras tal como acontece com o uso de álcool ou drogas, verificados nos relatos.

Vale destacar, ainda, que o uso de álcool pelos andarilhos é uma das características marcantes nesse estilo de vida. Eles próprios justificam o uso do álcool como coadjuvante para o amortecimento das agruras da vida, especialmente aquelas decorrentes de problemas socioafetivos do passado, no qual a infidelidade amorosa se destaca com uma das decepções mais significativas. Muitos andarilhos também se referem ao álcool como aliado importante para vencerem a inibição e se encorajarem a pedir comida em casos de extrema necessidade (Nascimento, 2008, 2012; Nascimento & Justo, 2000). Snow e Anderson (1998) também destacam que o uso de álcool funciona para alguns andarilhos como um comportamento adaptativo que fornece a defesa psicológica contra as dores da existência suscitadas pelas lembranças naufragadas do passado ou pelas tentativas frustradas vividas no presente diante das próprias dificuldades de subsistência.

Com efeito, falar sozinho ou usar álcool não são critérios suficientes para que alguns dirigentes e profissionais de instituições assistenciais considerem todos os andarilhos como portadores de transtornos psicopatológicos. Isso não significa sugerir que a errância dos andarilhos nunca seja pavimentada por transtornos preexistentes, mas seria conveniente ponderar tais diagnósticos precipitados a fim de se estabelecer um contato de proximidade junto a esses indivíduos com menos tendência homogeneizadora do saber médico e psiquiátrico infiltrados nessa prática assistencial.

Vagabundagem: além da doença mental, alguns relatos também indicaram narrativas relacionando a vida dos andarilhos com a vagabundagem. Tal como no caso da loucura, as referências a eles como sendo marginais e vagabundos se baseiam em generalizações que, fazendo uso da metonímia, representam o todo por uma de suas partes. Dessa maneira, todos passam a ser considerados marginais com passagem pela polícia, egressos de presídios ou então desvalidos e excluídos que necessitam da caridade piedosa, conforme podemos verificar nos seguintes relatos:

A maioria de nós tende a achar essas pessoas [andarilhos] como pessoas marginais, vagabundas e tal... Então, eu acho que eles têm que ter dignidade, toda pessoa tem que ter dignidade na sua vida. E a vida deles, não é uma vida digna no meu entender. (DPRP)

O andarilho seria o excluído, o mais excluído entre os excluídos, vamos dizer assim... É uma alma vagabunda aí e se ele está no seu caminho, você tem ajudar, né? Então, o andarilho é aquele cara que o dia a dia dele é zoar [vadiar] por aí... Alguns saíram de penitenciária, outros saíram de abrigos. Enfim, são pessoas que se o vento soprar para um lado eles vão, se soprar para outro eles também vão e não querem nada com nada. (DFB)

“Normalmente, são pessoas que têm passagem pela polícia, que já foram presas, então eles buscam outras cidades para fugir de suas cidades de origem, então isso é uma quantidade muito grande que passam pelo albergue” (DFSP).

A ideia de vagabundagem presente nesses relatos indica mais uma vez a falta de discernimento de alguns dirigentes e profissionais em relação aos andarilhos que procuram esses serviços assistenciais, pois todos são categorizados de maneira genérica como indivíduos excluídos, marginais e com passagens pela polícia. Vale ressaltar que, embora todos os indivíduos recorrentes a esses serviços sejam necessitados dos mínimos sociais, há diferenças significativas entre eles quanto aos modos de ser e de viver a própria existência cotidiana. Contudo, parece ser mais cômodo e até mesmo conveniente para alguns dirigentes e profissionais classificá-los como vagabundos ou doentes mentais, por exemplo, ao invés de se aprofundar nas razões que os levam a essa condição de vida, bem como compreender suas especificidades e oferecer tratamentos diferenciados.

Desse modo, não é possível, por exemplo, confundir moradores de rua com indivíduos em situação de rua, migrantes, trecheiros e andarilhos de estrada como sendo uma única e mesma população com problemas comuns no que se refere ao pauperismo extremo. À semelhança das chamadas pessoas em situação de rua, andarilhos e trecheiros também se diferenciam entre si ao carregarem suas singularidades mesmo sob uma enganosa aparência homogeneizadora que os nivela pelas roupas surradas, pelo boné puído, o saco às costas ou o carrinho de mão que empurram solitariamente pelas ruas ou pelos acostamentos das rodovias. Vieira, Bezerra e Rosa (2004) apontam algumas diferenças existentes entre os indivíduos que ficam na rua, aqueles que estão na rua e os que são da rua, cujas situações nem sempre podem estar associadas genericamente à vagabundagem.

Nesse contexto, essas autoras ressaltam que ficar na rua está relacionado a uma situação circunstancial de precariedade socioeconômica vinculada, geralmente, ao desemprego na construção civil, em que o indivíduo não dispõe de recursos para pagar um quarto de pensão

ou não consegue vagas nos albergues da cidade. Estar na rua, por outro lado, expressa a situação daqueles que recentemente adotaram a rua como local de pernoite (as marquises de lojas, viadutos e bancos de jardim), tentando sobreviver através do recolhimento de materiais recicláveis devido ao desemprego prolongado ou despejo dos próprios familiares.

Ser da rua, no entanto, significa morar nela permanentemente, em função das várias tentativas fracassadas de encontrar saídas das condições miseráveis em que vivem, recorrendo, sempre, às instituições assistenciais em busca, principalmente, de alimentação. Segundo Vieira et al. (2004), nas duas primeiras situações desses subgrupos da rua os indivíduos não se identificam com os moradores de rua e fazem questão de evitar, inclusive, contatos mais próximos com eles, embora procurem também o auxílio da assistência social.

Contudo, independentemente da situação vivida, trata-se de grupos que estão circunscritos no espaço urbano das cidades e aí tentam produzir condições mínimas de subsistência, diferenciando-se, portanto, de outros indivíduos em condição de miséria que circulam de cidade em cidade em busca de trabalho, como é o caso dos migrantes e dos trecheiros (Brognoli, 1997; Justo, 2011, 2012; Nascimento, 2008, 2012). Nesses subgrupos da estrada, o migrante seria aquele que parte de sua cidade natal em busca de melhores oportunidades nas grandes metrópoles, passando de albergue em albergue até chegar ao seu destino final por meio de passagens de ônibus concedidas pela assistência social ou pelas parcerias estabelecidas com algumas empresas de transportes rodoviários. Já o trecheiro corresponde àquele que circula geralmente a pé de cidade em cidade e frequenta as instituições assistenciais para descanso, além de colher informações quanto à oferta de trabalho nas regiões que contratam mão de obra para a agricultura (Justo, 2011, 2012; Nascimento, 2008, 2012).

Conforme podemos observar, trata-se de indivíduos que tentam levar a vida com seus próprios esforços mesmo nas condições mais adversas possíveis, mantendo, inclusive, uma identidade própria, embora sejam categorizados genericamente pelas instituições assistenciais como pertencentes a uma única categoria relacionada à vagabundagem. Segundo Snow e Anderson (1998), o termo vagabundo é eivado de preconceitos derivados de uma extrema ideologização do trabalho assalariado no mundo capitalista, que procura justificá-lo como uma obrigação moral para dissimular práticas de exploração. Nesse caso, ao serem taxados de vagabundos e marginais, são responsabilizados pelas condições em que vivem e

funcionam como uma espécie de punição exemplar para aqueles que desertam desse espaço psicossocial produtor de fixação, vinculação, submissão e disciplina que é o espaço do trabalho.

Esses preconceitos sobre os andarilhos que os associam à vagabundagem, vadiagem e criminalidade contribuem para a sedimentação de dois tipos de discriminação gerados nas práticas institucionais de assistência: uma positiva, que consiste em fazer mais por aqueles que têm menos, como no tratamento dado às famílias de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade, e outra negativa, caracterizada por fazer menos aos indivíduos que precisam mais, como no caso dos andarilhos e de outros errantes. Segundo Castel (2008), a discriminação positiva define com precisão a clientela a ser socorrida pelas políticas públicas de assistência por ser a mais visível aos olhos da sociedade e elevar a imagem do Estado como provedor social “preocupado” com os problemas e misérias de seus cidadãos. Por sua vez, a discriminação negativa, segundo esse autor, marca seu portador com um defeito quase indelével associado a um destino determinado por uma característica pessoal que não se escolhe, mas que os saberes sociais constroem e determinam para ele se enquadrar.

Assim, podemos conjecturar que o estigma da vagabundagem culmina numa discriminação negativa por parte daqueles que se encontram no topo da hierarquia institucional e dos responsáveis diretos pelas práticas de assistência aos albergados. A esse respeito, Goffman (2003) constatou situações semelhantes quando analisou as instituições totais (asilos, manicômios e conventos) e observou que os dirigentes e demais funcionários desempenhavam tarefas preliminarmente definidas, reunindo uma série de preconceitos e julgamentos sobre os internados.

O esquema de interpretação da instituição total começa a atuar logo que o internado é admitido, pois a equipe dirigente tem a noção de que a admissão é prova *prima facie* de que essa pessoa deve ser o tipo de indivíduo que a instituição procura tratar. Um homem colocado em prisão política deve ser um traidor; um homem na cadeia deve ser um delinquente; um homem num hospital para doentes mentais deve estar doente. Senão fosse traidor, delinquente ou doente, por que estaria aí? Essa identificação automática do internado não é apenas uma forma de dar nomes; está no centro de um meio básico de controle social. (Goffman, 2003, pp. 77-78)

Essas observações de Goffman (2003) a respeito do esquema interpretativo das instituições totais em relação aos internados podem ser perfeitamente empregadas nas instituições assistenciais da atualidade, como aquelas que atendem andarilhos, trecheiros e

tantos outros afastados da zona de integração social analisadas por Castel (1994). Tal como sucede nas instituições totais onde o pré-julgamento está intrinsecamente presente em toda estrutura discursiva, reforçando a todo instante as marcas da condição de vulnerabilidade do sujeito, nas instituições assistenciais ocorre o mesmo quando os andarilhos são classificados, a priori, como marginais, criminosos, indignos, enfim, vagabundos no estrito sentido do termo e bombardeados com discursos, práticas e tratamentos que os colocam nesses lugares identitários. Isso equivale a dizer que o pré-julgamento presente nos relatos dos dirigentes e profissionais das instituições assistenciais pesquisadas os leva a elaborar ideias generalizadas sobre esses sujeitos, onde o discurso institucional circulante conduz a um raciocínio eminentemente homogeneizador ao aferir que quem procura esses serviços só pode ser um sujeito doente, vagabundo e miserável por excelência.

Desvinculação familiar: embora a vagabundagem e a doença mental tenham prevalecido na maioria dos relatos, a desvinculação familiar também foi apontada por três dirigentes das instituições assistenciais pesquisadas como um fator importante na vida dos andarilhos de estrada. Para eles, a perda dos vínculos familiares está intimamente associada ao fato de esses indivíduos se tornarem errantes e viverem uma vida livre das obrigações e de ônus sociais, conforme é possível observar nos seguintes trechos das falas dos entrevistados.

Então, para mim são pessoas que perderam os vínculos familiares e que resolveram abandonar tudo para viver na estrada. Essa é a visão que tenho dessas pessoas num primeiro momento. Eu penso assim que ocorreu alguma coisa na vida dessa pessoa que ela não consegue lidar muito bem e a única alternativa que ela encontrou foi sair para o mundo... foi a forma que ela encontrou para fugir dessa situação. (DPRP)

“O que a gente percebe geralmente nessas pessoas é que foram perdendo os vínculos com a família aos poucos e escolhem esse caminho.” (DFB)

Para mim, eles geralmente retratam o laço que foi desfeito com sua família. Muitos são felizes agora porque passou muito mal com sua família e preferem viver assim, andando de um lugar para o outro, sendo livres. Então muitos dizem que não precisam de parentes, não precisam de nada... Então, com a experiência no trabalho, a gente vê que muitos têm problemas com família e que a estrada é o lugar deles viverem livremente, sem cobrança de ninguém. (DFSP)

A questão da desvinculação familiar decorrente de desentendimentos com os pais ou com o cônjuge

também foi apontada por algumas pesquisas como sendo um dos fatores para a impulsão da errância, embora não sendo considerado o elemento principal de ruptura com a vida sedentária (Justo, 2002, 2012; Justo & Nascimento, 2005, 2012; Nascimento, 2008; Nascimento & Justo, 2000). Segundo os dados dessas pesquisas, os vínculos familiares se debilitam e se tornam insuportáveis com a intensificação de sentimentos ambivalentes gerados por pressões e exigências socioeconômicas do grupo familiar, em que o indivíduo, no lugar de provedor principal do grupo, não se sente em condições de atender a essas demandas capitalistas.

De acordo com Snow e Anderson (1998), a desvinculação familiar é um fenômeno complexo e não se reduz a sofrimentos gerados pela pobreza e por fortes sentimentos de impotência e frustração porque nem todos que passam por situações e experiências semelhantes se tornam andarilhos de estrada. Esses autores acrescentam, ainda, que algumas situações familiares se tornam tão disfuncionais que muitos preferem o refúgio nas rodovias pelo simples fato de não tolerarem cobranças ou por não terem o apoio necessário nos momentos mais difíceis quando se encontram desempregados, sem dinheiro, vítimas de cortes de benefícios ou expostos a outras condições de extrema fragilidade. Situados nessas condições de pauperismo, miserabilidade, esfacelamentos de vínculos psicossociais e de impotência extrema, muitos procuram as instituições assistenciais em busca de apoio, mantendo com elas uma relação de dependência em função das várias tentativas fracassadas de subsistirem de outra forma menos aviltante.

E as razões para essa dependência assistencial têm pouca relação com a vagabundagem ou com a doença mental, discutidas anteriormente. A intervenção da Filantropia ou do Estado, conforme o tipo de gestão, também assume aí uma importância fundamental, pois, ao se colocarem como provedores assistenciais dos mais necessitados, não fornecem o suporte sociopsicológico básico para que esses indivíduos adquiram autonomia no sentido de se manterem por si mesmos e não dependerem sistematicamente desses serviços. É preciso considerar também os efeitos iatrogênicos das instituições e das práticas assistenciais dirigidas a essas populações desvalidas, pelos quais acaba sendo reforçado justamente aquilo que pressupostamente visam a transformar ou a erradicar. No caso das instituições que atendem os andarilhos, é notório como reproduzem e retroalimentam a errância por meio de práticas que evitam ou encurtam ao máximo a permanência deles nesse lugar, pois o objetivo é colocá-los novamente na perambulação pelas rodovias (Nascimento, 2012).

Além disso, a compreensão dos dirigentes e profissionais a respeito da situação em que se encontram os andarilhos, segundo seus próprios relatos, parece se orientar por percepções e leituras superficiais e estereotipadas da realidade social na qual esse modo de viver emerge. Quando ensaiam alguma análise de viés sociológico se restringem a considerá-los como “excluídos”, termo este amplamente absorvido pelo senso comum e associado a discursos religiosos, sentimentos de compadecimento e piedade em relação àqueles considerados como sofredores, miseráveis e oprimidos.

Vale registrar aqui, para efeito de esclarecimento, que o conceito de exclusão, fortemente combatido por Castel (1998), remete a uma ideia equivocada de não pertencimento social. Ao invés desse jargão estanque que supõe existir um fora e um dentro da sociedade, Castel prefere utilizar o conceito de desfiliação para se referir àqueles que não são beneficiados pela distribuição dos bens produzidos socialmente e são alijados dos poderes e dos processos de tomada de decisão sobre a vida coletiva. Nesse sentido, os desfiliaados não são propriamente expulsos ou excluídos da sociedade, mas mantidos como párias por não fazerem parte da casta dos favorecidos e poderosos, ou seja, estão muito bem incluídos como renegados e subalternos nessa lógica de exploração e dominação capitalista. Em outras palavras, há uma distensão social e jamais um rompimento definitivo entre esses sujeitos e aqueles considerados incluídos pela força produtiva de trabalho.

Nesse contexto, os profissionais que lidam com andarilhos nas instituições assistenciais tendem a vincular o que chamam de exclusão social do andarilho à desestruturação familiar ou a sua deserção da família. Assim como o discurso da exclusão impregna a fala desses profissionais, o discurso criado em torno da família, proveniente de distintas fontes e, dentre elas, o da ciência e da religião, também invade suas narrativas. As próprias políticas públicas de assistência social assumem um discurso essencialmente familiarista e exclusivista ao exaltarem em seus princípios e programas a importância da família como prioridade de atendimento (Nascimento, 2012; Santos, 2012; Silva, 1987).

Ancorados na ideologia da família que brota das ciências sociais, da religião e das políticas públicas de assistência, muitos dirigentes e funcionários de instituições que atendem andarilhos passam a atribuir as agruras que vislumbram nesse tipo de vida à ruptura com a família. Por isso, entendem que não há alternativa para os andarilhos a não ser o retorno à família ou a algum tipo de assentamento geográfico, psicológico e

social. E, nas raras ocasiões em que alguma instituição de assistência resolve implantar algum projeto ou serviço específico para esses indivíduos, além da concessão de passes de viagem, a primeira proposta que invariavelmente surge é a de tentar resgatar o contato, a aproximação e o retorno à família ou então reinseri-los num emprego relativamente fixo e estável.

Portanto, trabalho e família são vistos pelos dirigentes e demais profissionais como os únicos meios para se interromper a errância e reverter o processo de “exclusão” social que julgam ter acometido e vitimado os andarilhos de estrada. Como se trata de dois pontos fundamentais de ruptura na vida dos errantes, até mesmo os dirigentes e profissionais que lidam com os andarilhos nas instituições assistenciais reconhecem que é muito difícil reverter tal processo que denominam de “exclusão”. Dessa forma, reconhecendo a impossibilidade de realizar ações de inclusão social dos andarilhos, por entenderem que isso significaria reintegrá-los à família e ao trabalho assalariado, dirigentes e profissionais dessas instituições assistenciais resignam-se a contribuir apenas com a produção de suas errâncias, oferecendo-lhes um pernoite, uma refeição e troca de roupa para que continuem suas caminhadas sem fim (Nascimento, 2012).

Por fim, parece ser mais cômodo para os dirigentes e profissionais dessas instituições assistenciais responsabilizarem a família pelos fracassos dos andarilhos do que procurarem compreender o complexo dinamismo envolvendo a questão social da errância no contemporâneo. Isso significa dizer que é necessário desconstruir alguns conceitos enraizados na cultura assistencial como a “culpabilização” na família pela “exclusão” do indivíduo e encontrar alternativas que sejam possíveis para outras produções de sentido capazes de dispararem um processo de problematização e desnaturalização dessas ideias disseminadas nos discursos das ciências humanas e sociais. Nesse sentido, parece estar muito distante dos dirigentes e profissionais das instituições assistenciais a possibilidade de reconhecerem a errância dos andarilhos como uma forma de vida possível, dentre tantas outras, que prescinde de uma família e de assentamentos psicossociais fixos e estáveis.

Considerações finais

O conjunto dos resultados de nossa pesquisa permite considerar que a compreensão de dirigentes e profissionais das instituições assistenciais públicas e filantrópicas em relação aos andarilhos de estrada se alinha com percepções e racionalizações bastante enraizadas no imaginário social da cultura brasileira

que associam esse modo de vida à vagabundagem, à doença mental e à desestruturação familiar. A “doença” mental, tal como aparece nomeada nas narrativas dos entrevistados, é atribuída ao fato de os andarilhos “conversarem sozinhos” ou usarem álcool e drogas no cotidiano das estradas, enquanto que a vagabundagem está associada à marginalidade, criminalidade e passagens pela polícia.

Nos casos em que atribuem a errância pelas estradas à desvinculação familiar, adicionam razões econômicas e o desemprego como coadjuvantes da irrupção de conflitos e de sofrimentos psíquicos nas relações familiares. Trata-se de uma compreensão bastante simplista da vida dos andarilhos, que valoriza demasiadamente a família, o trabalho assalariado e a normalidade mental, tomando-os como epicentros de uma vida que consideram digna e saudável. Nesse aspecto, dirigentes e profissionais de instituições assistenciais ignoram a complexidade da errância no contemporâneo e os paradoxos de um mundo que incita a mobilidade geográfica e psicossocial.

Além disso, se recusam a admitir que, a despeito das agruras e precariedades que podem ser observadas na vida dos andarilhos, trata-se de um modo de vida possível de ser admitido e promovido dentro da diversidade de formas de ser e de viver num mundo socialmente pluralista. Ignoram, ainda, as diferenças profundas existentes entre andarilhos e as populações de rua, pois não percebem as singularidades, a maneira como cada um subjetiva seu modo de existência e suas trajetórias de vida pelas estradas. Se fossem capazes de ouvir e compreender efetivamente a vida dos andarilhos, não seriam tão reducionistas em seus diagnósticos e nos programas e serviços que oferecem a eles, pois seguramente chegariam à conclusão que o retorno à família ou a um emprego fixo, por exemplo, não solucionaria a complexidade da vida e das escolhas pessoais nos territórios molares da contemporaneidade.

A maioria dos dirigentes e profissionais ignora, ainda, que cada subgrupo de indivíduos à margem da sociedade traz, em suas experiências de vida pelas ruas e rodovias, histórias diferentes, carecendo também de acompanhamentos diferentes relacionados à própria condição pessoal. Assim, permanecendo numa espécie de zona de conforto social, onde fazer o mínimo é visto como o máximo para as necessidades emergenciais de enfrentamento da miséria e pobreza, tanto os dirigentes quanto os profissionais dessas instituições se afastam da zona de confronto capaz de produzir a criatividade e a inovação a partir da realidade concreta vivida pelos andarilhos e demais sujeitos em situações semelhantes.

Portanto, o serviço social e os programas assistenciais desenvolvidos nessas instituições

precisam ser repensados no sentido de propor outros modos de atendimento menos homogêneos para que esses indivíduos sejam atendidos nas suas reais necessidades, independentemente das razões pessoais que os levam a escolher as rodovias como uma condição exclusiva de existência. Em outras palavras, torna-se necessário interrogar os saberes, as práticas, as políticas de controle e gestão das subjetividades e seus impactos diretos na errância dos andarilhos de estrada, além de promover uma ampliação do debate em torno dos programas assistenciais direcionados a esses indivíduos. Isso exige um posicionamento ético, crítico e reflexivo dos assistentes sociais para que seja possível transformar essas práticas e saberes numa ferramenta capaz de potencializar outras formas de atendimento menos homogêneo e compromissado efetivamente com a dignidade humana.

Referências

- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Birman, J. (2000). *O mal-estar na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2006). *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Brognoli, F. F. (1997). Trecheiros e pardais: trajetórias nômades. *Travessia*, 27, 29-32.
- Bursztyn, M. (2000). *No meio da rua: nômades excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Castel, R. (1994). Da indigência à exclusão, a desfiliação. In A. Lancetti (Org.), *Saúdeloucura 4* (pp. 21-48). São Paulo: Hucitec.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Castel, R. (2008). *A discriminação negativa*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Di Flora, M. C. (1987). *Mendigos: por que surgem, por onde circulam, como são tratados?* Petrópolis, RJ: Vozes.
- Dornelas, S. M. (1997). O peixe e a rede: o migrante e o albergue no discurso dos responsáveis e funcionários da AVIN. *Travessia*, 29, 30-45.
- Foucault, M. (1984). *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Goffman, I. (2003). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Justo, J. S. (1998). Errâncias e errantes: um estudo sobre os andarilhos de estrada. In J. S. Justo & R. Y. Sagawa (Orgs.), *Rumos do saber psicológico* (pp. 125-139). São Paulo: Arte & Ciência.
- Justo, J. S. (2002). Saúde mental em trânsito: loucura e a condição de itinerância na sociedade contemporânea. In M. L. Boarini (Org.), *Desafios na atenção à saúde mental* (pp. 203-234). Maringá, PR: Eduem.
- Justo, J. S. (2011). *Andarilhos e trecheiros: errância e nomadismos contemporâneos*. Maringá, PR: Eduem.
- Justo, J. S. (2012). *Vidas errantes: políticas de mobilidade e experiências de tempo-espaço*. Londrina, PR: Eduel.
- Justo, J. S. & Nascimento, E. C. (2005). Errância e delírio em andarilhos de estrada. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), 177-187.
- Justo, J. S. & Nascimento, E. C. (2012). Road wanderers in Brazil: A study on modern psychosocial human mobility. *International Journal of Sociology and Anthropology*, 4(5), 165-171.
- Nascimento, E. C. (2008). *Nomadismos contemporâneos: um estudo sobre errantes trecheiros*. São Paulo: Editora Unesp.
- Nascimento, E. C. (2012). *Errância no contemporâneo: um estudo sobre a percepção de dirigentes e profissionais de instituições assistenciais em relação a andarilhos de estrada*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP.
- Nascimento, E. C. & Justo, J. S. (2000). Vidas errantes e alcoolismo: uma questão social. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(3), 529-538.
- Nascimento, E. C., Justo, J. S., & França, S. A. M. (2009). Errância e normalização social: um estudo sobre andarilhos de estrada. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 14(4), 641-648.
- Nasser, A. C. A. (2001). *Sair para o mundo: trabalho, família e lazer na vida de excluídos*. São Paulo: Hucitec.
- Peres, R. S. & Justo, J. S. (2005). Contribuições das técnicas projetivas gráficas para a compreensão da personalidade de andarilhos de estrada. *Estudos de Psicologia*, Natal, 10(2), 305-312.
- Richardson, R. J. (2007). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Rosa, C. M. M. (2005). *Vidas de rua*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, R. (2012). Política social brasileira e neofamiliarismo: contribuições para o debate. *Revista Emancipação*, 13(1), 87-99.
- Silva, L. M. M. R. (1987). *Serviço Social e família: a legitimação de uma ideologia*. São Paulo: Cortez.
- Snow, D. & Anderson, L. (1998). *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Vieira, M. A. C., Bezerra, E. M. R., & Rosa, C. M. M. (2004). *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Hucitec.
- Virilio, P. (2005). *O espaço crítico*. São Paulo: Editora 34.

Agradecimento

À FAPESP, pelo apoio. Processo nº 2009/00641.

Submissão em: 10/02/2013

Revisão em: 01/06/2014

Aceite em: 21/06/2014

Eurípedes Costa Nascimento é doutor em Psicologia e Sociedade pela Unesp/Campus de Assis e docente no curso de Pós-graduação em Psicologia na Unesp/Campus de Assis. Endereço: Avenida Dom Antonio, 2100 (Parque Universitário). Assis/SP, Brasil. CEP 19806-900. E-mail: nascimentoec@gmail.com

José Sterza Justo é livre-docente pela Unesp/Assis e docente nos cursos de graduação e Pós-graduação em Psicologia na Unesp/Assis. E-mail: sterzajusto@yahoo.com.br